



Consolidação
de Contas

2019



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

Índice



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

1. Relatório de Gestão Consolidado
2. Balanço Consolidado
3. Demonstração de Resultados Consolidada
4. Fluxos de Caixa Consolidados
5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
6. Certificação Legal de Contas

Consolidação de Contas

1. Relatório de Gestão Consolidado



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

1. INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos, tal como muito outros em Portugal, nos últimos 20 anos, recorreu a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial, numa lógica de grupo municipal, tendo constituído duas empresas municipais para o desenvolvimento das suas atribuições e competências: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Neste contexto se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º preconiza que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM, S.A..

A Matosinhos Sport, empresa municipal de desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos programas municipais de fomento desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., S.A., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do associativismo desportivo.

A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4321 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A atividade económica em Portugal, já em 2008, mas sobretudo a partir de 2009, foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise financeira e económica internacional, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país. Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorporou uma estratégia que visava corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (público e privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna

resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafetação de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

O ano 2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. Em 2015 manteve-se a recuperação gradual da atividade económica iniciada em 2013, registando-se um crescimento do PIB de 1,5%, em termos reais, caracterizada, essencialmente, por um maior crescimento da procura interna, em particular do consumo privado, e por uma ligeira desaceleração das exportações. Já no ano 2016, a atividade económica apresentou um crescimento moderado, prolongando o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015. Mas, a evolução do mercado de trabalho em 2016 caracterizou-se por um aumento do emprego acima do Valor Acrescentado Bruto, mantendo-se o perfil de recuperação verificado a partir do 2.º trimestre de 2013. Embora permaneça em níveis elevados, observou-se uma redução de 1,3 p.p. da taxa de desemprego, num quadro de dinamismo salarial superior ao registado nos anos anteriores.

Em 2017 o PIB cresceu em termos reais 2,7%, valor próximo do observado na média da área do euro. A economia portuguesa beneficiou de um enquadramento externo muito favorável. Daí se compreenda que os motores da aceleração da economia portuguesa em 2017 tenham sido as exportações e o investimento, composição especialmente favorável na perspetiva da correção de alguns problemas estruturais que persistem na economia portuguesa. No mercado de trabalho, há a registar o aumento da população ativa, após seis anos consecutivos de queda. O emprego aumentou 3,3%, o crescimento anual mais elevado desde o início da área do euro, mas a produtividade por trabalhador no conjunto da economia tem diminuído. A

taxa de desemprego reduziu-se de 11,1% para 8,9%, valor este ligeiramente inferior ao da média da área do euro.

Já em 2018 o PIB cresceu, em termos reais, 2,1%, valor que ficou aquém do registado no ano anterior, num contexto de desaceleração generalizada na área do euro, refletindo essencialmente um crescimento do emprego, mas não por um aumento da produtividade. Há, assim, a realçar que a economia portuguesa registou em 2018 o quinto ano consecutivo de expansão económica, caracterizado por uma maior abertura da economia ao exterior. O processo de ajustamento macroeconómico prosseguiu, designadamente na sua vertente de redução do endividamento dos vários setores da economia e, por esta via, dos desequilíbrios acumulados no passado.

Em 2019, a economia portuguesa continuou a registar uma expansão, embora desacelerando pelo segundo ano consecutivo. Esta desaceleração ocorreu num contexto de abrandamento generalizado da atividade mundial que esteve associado a elevados níveis de incerteza, decorrente, por um lado, da intensificação de tensões comerciais, e, por outro, do enfraquecimento da produção industrial, em particular no setor automóvel. A área do euro não foi exceção a estes desenvolvimentos. As exportações desaceleraram e a procura interna continuou a ser o motor do crescimento económico, suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e melhorias no mercado de trabalho.

Não obstante, o crescimento do PIB e do PIB per capita em Portugal continuou a ser superior ao da área do euro.

Um traço marcante da economia portuguesa em 2019, que contrasta com os desenvolvimentos dos últimos anos, foi o aumento significativo da produtividade aparente do trabalho. Para esta evolução contribuiu, em larga medida, o aumento da produtividade dentro de cada setor, em particular, nos serviços.

A evolução favorável do mercado de trabalho foi acompanhada por uma ligeira aceleração das remunerações por trabalhador. A massa salarial da economia, no entanto, cresceu a um menor ritmo, contribuindo para o abrandamento do rendimento disponível das famílias. Num ambiente de taxas de juro muito baixas, o financiamento das decisões de consumo e de investimento dos particulares continuou a ser suportado, em parte, por recurso ao crédito, que registou um novo aumento em 2019. A dívida das famílias em percentagem do rendimento disponível manteve, no entanto, a trajetória descendente, espelhando um aumento do rendimento disponível superior ao acréscimo no stock da dívida.

Por outro lado, o crescimento do investimento aumentou ligeiramente em 2019, apesar do perfil de desaceleração ao longo do ano. Esta evolução refletiu, em particular, o dinamismo da componente de construção. Tal resultou do aumento do investimento público e de algumas grandes obras em curso, que beneficiaram, em ambos os casos, de cofinanciamento comunitário. À semelhança do observado nos últimos anos, os não residentes continuaram a aumentar o seu peso no financiamento das empresas, enquanto as instituições financeiras residentes e os outros credores residentes diminuíram a sua importância.

Os desenvolvimentos nos fluxos com o exterior traduziram-se numa diminuição do excedente da balança de bens e serviços em 2019, contribuindo em larga medida para a redução da capacidade de financiamento da economia portuguesa. Esta evolução refletiu um aumento do défice da balança de bens – decorrente de um maior défice na componente energética – e uma redução do excedente da balança de serviços, associada ao comportamento dos serviços excluindo viagens e turismo. O saldo de transferências com a União Europeia (UE) apresentou um ligeiro aumento em 2019, mas os recebimentos dos fundos europeus mantêm-se num nível baixo quando se compara com o perfil da execução nos anteriores ciclos de apoio europeu.

Quanto ao setor das administrações públicas, verificou-se em 2019 uma melhoria do saldo orçamental para uma situação de excedente. Este resultado foi determinado pela diminuição significativa dos encargos com o serviço da dívida e pelo contributo positivo da atividade económica, dado o crescimento do PIB acima do produto potencial.

Esta realidade económica foi, entretanto, alterada de forma abrupta e dramática pela atual crise pandémica. Esta crise constitui um choque negativo de grandes proporções sobre a saúde pública mundial, com consequências igualmente muito adversas na situação económica dos países, que são ainda difíceis de apreciar na sua globalidade.

A resposta política quer a nível nacional, quer municipal, tem sido rápida e decisiva, procurando suportar a saúde e rendimento das famílias mais afetadas e garantir que a atividade económica possa ser retomada com o mínimo de interrupção. No entanto, efeitos negativos muito profundos e potencialmente prolongados no tempo, que perturbam o processo de ajustamento da economia portuguesa, são uma inevitabilidade.

A apresentação do documento de prestação de contas deste ano surge num dos momentos mais críticos de que existe memória. Desde o primeiro trimestre de 2020 que todo o mundo e, em particular, o continente europeu, encontra-se a combater uma pandemia provocada pela doença COVID-19 em consequência de um vírus detetado, em dezembro de 2019, num hospital em Wuhan, na província de Hubei. Para o efeito foram levadas a cabo diversas

restrições, suspensões e encerramentos para garantir as medidas indispensáveis à contenção da infeção, tendo a Câmara Municipal de Matosinhos ativado o seu Plano de Contingência nos primeiros dias de março, um dia depois da deteção do primeiro caso no concelho vizinho do Porto. No dia 18 de março, foi declarado pelo Presidente da República o estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, através do Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março, tendo a declaração do estado de emergência sido alterada para calamidade no início de maio.

A execução orçamental de 2020 será seguramente afetada, a partir de meados de março, por estes efeitos que estão altamente dependentes do sucesso das medidas nacionais de política económica adotadas como resposta à crise e, sobretudo, da reposição da regularidade económica e social, prejudicada pela imprevisibilidade da duração da pandemia e consequente severidade da crise, sendo as decisões de levantamento da situação de confinamento económico e social precárias e modulares em função da evolução da situação epidemiológica.

A prioridade, numa fase inicial, concentrou-se na prevenção da doença e contenção da pandemia que afetou particularmente a região do Grande Porto em que Matosinhos se insere, encerrando serviços e suspendendo licenças de ocupação de espaço público e outras atividades económicas. Ainda nesta fase, foi necessário encontrar um mecanismo de abastecimento de bens fundamentais através de uma Central de Logística Municipal e Linha de Apoio ao Isolamento, e garantir serviços essenciais que nunca deixaram de ser prestados até ao presente momento, como a recolha de resíduos, os piquetes de emergência e o transporte coletivo de passageiros. Sem comprometer as medidas de contenção da pandemia, emergiu a necessidade de aprofundamento das medidas excecionais de apoio às famílias, instituições e microempresas, assim como agentes culturais, medidas essas que irão ter reflexo direto nas rubricas das transferências correntes, de aquisição de bens e serviços e de perda de receitas municipais cujo impacto ainda não é possível prever com razoabilidade, pois depende da evolução da situação epidemiológica e da evolução dos indicadores de confiança que permitam a retoma económica.

Em 31/03/2020, a Câmara de Matosinhos aprovou a constituição de um Fundo de Emergência Municipal, no valor de 1 milhão de euros, tendo igualmente reforçado o orçamento da Proteção Civil em 850 mil euros. Mais tarde, em 05/05/2020, foi promovido o reforço deste fundo em 500 mil euros com vista ao apoio às micro e pequenas empresas de forma a

minimizar o impacto do abrandamento da atividade económica, com o objetivo de prevenir o encerramento de estabelecimentos, proteger empregos e promover a recuperação económica. Paralelamente, foi igualmente reforçado o fundo em 50 mil euros com vista a proteger a atividade cultural e a minimizar os prejuízos sofridos pelo tecido associativo. Não se pretendendo substituir às medidas excecionais em vigor aprovadas pela Assembleia da República ou decretadas pelo Governo, sobretudo da competência da Segurança Social, esta é uma resposta de exceção num momento também ele excepcional para minimização de situações de precariedade económica provocadas pela interrupção económica e prevenção do endividamento para cumprimento de responsabilidades elementares, contribuindo para o aumento dos indicadores de confiança dos consumidores e investidores para manter decisões dos agentes económicos assim que forem novamente flexibilizadas as restrições ao normal funcionamento do mercado. No final do mês de maio de 2020, cerca de metade do orçamento da Proteção Civil já se encontrava cabimentado, e relativamente ao Fundo de Emergência inicialmente constituído, a taxa de realização já se cifrava em cerca de 33%.

Uma última nota para destacar, entre as medidas excecionais em vigor, que o exercício das empresas locais relativo ao ano de 2020, que tenha sido comprovadamente afetado pela situação de emergência decorrente da pandemia de COVID -19, não releva para a verificação das situações que determinam a sua dissolução obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação. Será ainda de realçar que, nos termos deste mesmo normativo, no ano de 2020 é suspensa a aplicação da regra do equilíbrio orçamental.

Já no que se reporta aos prazos para aprovação e apreciação de contas consolidadas pelos órgãos colegiais, por força do artigo 7.º - C da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação, foi o mesmo prorrogado até final do mês de julho de 2020.

Genericamente, as medidas adotadas não geram quaisquer implicações no relato financeiro de 2019 das contas individuais/ consolidadas do Município de Matosinhos.

A performance apresentada pelo Município de Matosinhos em 2019 é globalmente positiva, evidenciando que a Grupo Autárquico tem conseguido manter e até reforçar o equilíbrio financeiro dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2019, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1

Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2019	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	634 051 609,06	86,6
<i>Bens de Domínio Público</i>	66 602 498,50	9,1
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	342 878,40	0,0
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	563 311 988,82	77,0
<i>Investimentos Financeiros</i>	3 794 243,34	0,5
CIRCULANTE	97 879 673,22	13,4
<i>Existências</i>	133 372,84	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	5 039 023,06	0,7
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	9 316 859,26	1,3
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	43 319 208,66	5,9
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	40 071 209,40	5,5
TOTAL DO ATIVO	731 931 282,28	100,0
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	540 865 664,79	73,9
<i>Património</i>	479 129 167,43	65,5
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	19 724 347,70	2,7
<i>Resultados Transitados</i>	35 499 825,52	4,9
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	6 512 324,14	0,9
PASSIVO	191 065 617,49	26,1
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	11 398 617,02	1,6
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	35 268 856,56	4,8
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	11 817 426,67	1,6
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	132 580 717,24	18,1
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	731 931 282,28	100,0

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99,6% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 86,9%, idêntico aliás ao peso em termos das contas individuais do município de Matosinhos (86,9%). Em termos de grupo, o Município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,9% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 13,1%, a posição do Município apresenta um peso ligeiramente menor (97,5%).

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2020 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas a Terceiros de Curto Prazo e que representa 5,1 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo. Apesar da dívida global ter assistido a um decréscimo entre 2018 e 2019 na ordem dos 4,8 milhões de euros, o que representa uma redução de 9,3%, consolidando a tendência verificada nos últimos anos, a de médio e longo prazo e a de curto prazo tiveram evoluções divergentes. De facto, enquanto que a dívida a terceiros de médio e longo prazo sofreu um decréscimo face a 2018 de cerca de 13,2% (o que corresponde a 5,35 milhões de euros), essencialmente devido às amortizações de empréstimos por parte do Município, a dívida a terceiros de curto prazo assistiram a um ligeiro aumento, na ordem dos 4,7%, a que corresponde cerca de 0,5 milhões de euros.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 540.865.664,79 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 88,6% neste agregado.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Só estes três agregados são responsáveis por 75,8% do total de custos, sendo o peso dos FSE's superior ao das amortizações em quase 12 p.p., mas inferior ao dos custos com pessoal em 7 p.p. .

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 47,9% dos proveitos do grupo municipal. Convirá, a este nível, realçar a consolidação da retoma deste agregado, iniciada já em 2015 (que assistiu, nestes cinco últimos anos, a um aumento de 52%, o que corresponde a cerca de 21,3 milhões de euros), contrariando a forte queda ocorrida entre 2012 e 2014, em que os impostos e taxas caíram, nesses dois anos, 13 milhões de euros fruto da tendência fortemente decrescente de todos os impostos cuja receita reverte para os municípios, com exceção do IMI. O IMI, fruto do processo de avaliação geral dos prédios urbanos ocorrida, assistiu entre 2012 e 2013 a uma diminuição de 2,52 milhões de euros. Entre 2018 e 2019, se, por um lado, há a registar um crescimento importante dos proveitos decorrentes do IMT e, de uma forma mais modesta do IUC, por outro, teremos igualmente que registar a forte quebra do IMI, em cerca de 17%, fruto da deliberação dos órgãos colegiais, em dezembro de 2018, de fixação da taxa do IMI para os prédios urbanos em 0,375% (em vez dos 0,40% anteriores), e da derrama, na ordem dos 13%.

Também as Transferências e Subsídios obtidos assistiram a um acréscimo de cerca de 5,7%, a que corresponde, em termos absolutos, 1,8 milhões de euros, e que se deveu, por um lado, ao incremento das transferências correntes e de capital provenientes do exterior, nomeadamente do Fundo Social Europeu e FEDER, mas sobretudo, às transferências procedentes do Orçamento do Estado, onde se destaca o Fundo de Equilíbrio Financeiro, corrente e de capital, a participação no IRS e a transferência nos termos do artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013.

Já os Proveitos e Ganhos Financeiros, apesar de terem assistido a uma quebra, não se revelam materialmente relevantes.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários mantiveram-se sensivelmente ao mesmo nível dos registados no ano anterior.



Quadro n.º 2

Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2019	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	944 575,69	0,8
Fornecimentos e Serviços Externos	33 193 838,23	26,9
Custos com o Pessoal	41 757 004,21	33,9
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	18 083 877,68	14,7
Amortizações do Exercício	18 484 175,76	15,0
Provisões do Exercício	396 580,79	0,3
Outros Custos Operacionais	1 945 079,48	1,6
(A) Custos e Perdas Operacionais	114 805 131,84	93,2
Custos e Perdas Financeiros	742 712,50	0,6
(C) Custos e Perdas Correntes	115 547 844,34	93,8
Custos e Perdas Extraordinários	7 639 394,68	6,2
Total dos Custos e Perdas	123 187 239,02	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	23 163 342,38	17,9
Impostos e Taxas	62 097 638,31	47,9
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	1 748,92	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	33 894 885,94	26,1
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00	0,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	119 157 615,55	91,9
Proveitos e Ganhos Financeiros	144 775,11	0,1
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	119 302 390,66	92,0
Proveitos e Ganhos Extraordinários	10 397 172,50	8,0
Total dos Proveitos e Ganhos	129 699 563,16	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	4 352 483,71	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-597 937,39	
Resultados Correntes: (D) - (C)	3 754 546,32	
Resultados Extraordinários:	2 757 777,82	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	6 512 324,14	

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar de o recurso ao financiamento bancário se ter vindo a revelar uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal, há que registar que em 2019 não houve lugar a qualquer pedido de financiamento ou utilização de empréstimo de médio e longo prazo por parte de qualquer entidade que integra o grupo municipal.

Quadro n.º 3

Evolução do Stock da Dívida

Descrição	(Un: Euros)			
	2016	2017	2018	2019
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	42 277 881,87	51 477 467,45	53 304 596,09	45 655 763,63
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	14 276 571,85	6 703 102,01	1 889 997,70	0,00
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	5 076 986,27	4 875 973,37	9 538 830,16	5 301 421,20
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	51 477 467,45	53 304 596,09	45 655 763,63	40 354 342,43
Taxa de Crescimento da Dívida	21,8%	3,5%	-14,3%	-11,6%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se, nos antepenúltimos dois anos, e ao contrário do que até aí vinha sucedendo, a uma tendência ascendente. De facto, a dívida passou, de 46.834.400,59 euros, em 2011, para 39.568.401,06 euros em 2014, o que representa uma redução na ordem dos 15,5%, tendo depois incrementado para 42.277.881,87 euros em 2015, 51.477.467,45 euros em 2016, e 53.304.596,09 euros em 2017. Esta inversão da tendência deveu-se a uma utilização mais intensiva dos contratos de empréstimo previamente contratados, utilização esta superior ao valor registado das amortizações do período. Em 2018, em virtude do montante de empréstimos utilizados ter sido bastante inferior ao valor amortizado, verificou-se à reversão dessa situação, assistindo-se a um decréscimo acentuado do capital em dívida no final do ano (menos 14,3% do que o montante registado em 31/12/2017). O mesmo sucedeu no ano em apreço, em que se regista, no final do exercício, a uma redução do stock da dívida em 11,6% face ao ano anterior.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 9% quer do ativo total do Município de Matosinhos quer do ativo total do grupo autárquico) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2019
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	86,6%
Ativo Circulante / Ativo Total	13,4%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	647,8%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	18,5%
Passivo curto prazo / Passivo Total	6,2%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	298,4%
Análise do Ativo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	17,98
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	40,3%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	2,2%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	6,5%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	366,6%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	828,3%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	6,4%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua ténue, embora com uma tendência crescente registada desde 2015, tendo estabilizado, desde 2017, ligeiramente acima dos 13%. O inverso se passa com o ativo fixo, que vem reforçando o seu peso no total do ativo desde 2015, tendo alcançado em 2017 o patamar próximo dos 87% que manteve desde então. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante embora se mantenha elevado (próximo dos 650%), assistiu a uma estabilização.

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, cerca de um terço do peso do passivo de médio e longo prazo, mantendo a tendência, que desde 2011, tem sido descendente. Se a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2020 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 5,1 milhões de euros, perfazendo o montante de 6,7 milhões de euros. Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 4,3 p.p. .

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do grupo municipal, líquido das depreciações que, entretanto, vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 18 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 9% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público e existem também muitos outros bens privados necessários à prestação de utilidades públicas. Portanto, este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2019, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 40,3%, ligeiramente superior ao verificado em 2018 (39,2%), em 2017 (37,8%), em 2016 (36,42%), em 2015 (34,4%) e ao

registado em 2014 (33,4%). Esta propensão, que se vem manifestando já desde 2010, merece uma leitura atenta e a tomada de medidas adequadas.

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2019, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram bastante superiores ao passivo de curto prazo (este representava cerca de um quarto do montante de disponibilidades). Se a este retirarmos a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2020 (cerca de 5,1 milhões de euros), teríamos uma situação em que as disponibilidades do grupo superavam quase seis vezes e meia a dívida de curto prazo, ou seja, em cerca de 36,6 milhões de euros.

Da análise do índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 6,4%, situando-se abaixo do observado em 2018 (7,1%), em 2017 (8,3%) e em 2016 (8,7%), e ligeiramente inferior ao registado nos 2 anos anteriores (2014 e 2015), fruto do término do período de utilização dos empréstimos de médio e longo prazo anteriormente contratados. Aliás, será de referir que no contexto do grupo municipal, tem-se assistido, desde 2010, a uma melhoria considerável deste índice: quer em 2015, quer em 2014, apresentava um valor de 7,6%; em 2013 de 8,1%; em 2012 de 9,1%; em 2011, de 11,7%; e no ano 2010 de 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do grupo autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na ótica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três óticas, assumindo, em todas elas, valores muito confortáveis, e cuja tendência se tem vindo a revelar, desde 2012, de consolidação:

Quadro n.º 5

Solvabilidade I	
Fundo Patrimonial / Passivo	283,1%
Solvabilidade II	
Ativo Líquido / Passivo	383,1%
Solvabilidade Adaptado	
Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	348,2%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2019, aparece refletido no Quadro n.º 6, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 135.187.050,86 euros, dos quais 126.834.341,98 euros são provenientes de receitas orçamentais e 8.352.708,88 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Quadro n.º 6
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	39 019 356,12	Despesas Orçamentais	122 467 354,52
Execução Orçamental	34 777 176,34	Correntes	97 124 394,95
Operações de Tesouraria	4 242 179,78	Capital	25 342 959,57
Receitas Orçamentais	126 834 341,98	Operações de Tesouraria	8 419 843,80
Correntes	123 271 295,73	Saldo para a Gerência Seguinte	43 319 208,66
Capital	3 455 683,05	Execução Orçamental	39 144 163,80
Outras	107 363,20	Operações de Tesouraria	4 175 044,86
Operações de Tesouraria	8 352 708,88		
Total	174 206 406,98	Total	174 206 406,98

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (122.467.354,52 euros), inferior em 4.366.987,46 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 34.777.176,34 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 39.144.163,80 euros. A este saldo acrescem 4.175.044,86 euros como saldo de operações de tesouraria.

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2019, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 8.352.708,88 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 8.419.843,80 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.

Consolidação de Contas

2. Balanço Consolidado



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2019

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO 2019			ANO 2018
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	9 111 681,75	0,00	9 111 681,75	8 984 459,66
452	Edifícios	3 397 184,98	437 231,67	2 959 953,31	3 002 851,15
453	Outras construções e infra-estruturas	278 684 918,56	234 942 230,36	43 742 688,20	44 667 934,92
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2 892 968,51	313 065,79	2 579 902,72	2 551 178,54
459	Outros bens de domínio público	3 210 438,57	932 244,97	2 278 193,60	2 376 840,84
445	Imobilizações em curso	5 930 078,92	0,00	5 930 078,92	6 139 782,02
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		303 227 271,29	236 624 772,79	66 602 498,50	67 723 047,13
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	2 201 795,35	2 117 413,28	84 382,07	56 796,43
433	Propriedade industrial e outros direitos	603 467,87	377 639,64	225 828,23	195 154,91
443	Imobilizações em curso	32 668,10	0,00	32 668,10	32 668,10
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 837 931,32	2 495 052,92	342 878,40	284 619,44
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	157 475 730,98	0,00	157 475 730,98	151 228 851,20
422	Edifícios e outras construções	510 740 253,60	149 285 777,79	361 454 475,81	368 612 536,23
423	Equipamento básico	19 601 626,83	16 296 101,19	3 305 525,64	3 560 718,04
424	Equipamento de transporte	3 632 082,67	3 165 924,59	466 158,08	587 794,98
425	Ferramentas e utensílios	1 685 014,60	1 633 432,23	51 582,37	52 031,90
426	Equipamento administrativo	11 641 088,21	10 787 125,38	853 962,83	610 049,89
427	Taras e vasilhame	569,24	569,24	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	10 018 833,72	7 424 124,12	2 594 709,60	2 404 882,02
442	Imobilizações em curso	37 042 731,76	0,00	37 042 731,76	35 303 902,16
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	67 111,75	0,00	67 111,75	67 111,75
		751 905 043,36	188 593 054,54	563 311 988,82	562 427 878,17
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 360 690,00	10 000,00	1 350 690,00	1 350 690,00
412	Obrigações e títulos de participação	2 429 091,00	0,00	2 429 091,00	2 429 091,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	14 462,34	0,00	14 462,34	8 264,08
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		3 804 243,34	10 000,00	3 794 243,34	3 788 045,08
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	169 953,63	36 580,79	133 372,84	169 269,31
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		169 953,63	36 580,79	133 372,84	169 269,31
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	16 213,79	0,00	16 213,79	16 213,79
268	Outros devedores	5 022 809,27	0,00	5 022 809,27	8 138 642,78
		5 039 023,06	0,00	5 039 023,06	8 154 856,57
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	290 982,23	264 990,14	25 992,09	0,00
211	Clientes c/c	1 494 192,57	690 546,28	803 646,29	568 397,20
212	Contribuintes c/c	493 307,88	317 003,02	176 304,86	6 322,98
213	Utentes c/c	472 391,29	444 160,52	28 230,77	219 373,11
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1 504 891,27	1 481 502,59	23 388,68	2 653,15
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	880 970,22	0,00	880 970,22	880 970,22
24	Estado e outros entes públicos	196 293,78	0,00	196 293,78	212 921,93
264	Administração autárquica	299 573,85	0,00	299 573,85	299 573,85
262+263+267+268	Outros devedores	8 208 373,55	1 325 914,83	6 882 458,72	6 833 821,16
		13 840 976,64	4 524 117,38	9 316 859,26	9 024 033,60
	Títulos negociáveis:				
151	Acções	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	43 285 134,46	0,00	43 285 134,46	38 980 678,71
11	Caixa	34 074,20	0,00	34 074,20	38 677,41
		43 319 208,66	0,00	43 319 208,66	39 019 356,12
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	39 513 751,00	0,00	39 513 751,00	39 549 884,25
272	Custos diferidos	557 458,40	0,00	557 458,40	280 246,25
		40 071 209,40	0,00	40 071 209,40	39 830 130,50
	Total de amortizações		427 712 880,25		
	Total de provisões.....		4 570 698,17		
	Total do activo	1 164 214 860,70	432 283 578,42	731 931 282,28	730 421 235,92

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2019

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2019	ANO 2018
	Fundos próprios:		
51	Património	479 129 167,43	478 433 225,41
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	3 144 285,24	2 905 487,48
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	8 285 953,03	8 169 509,71
576	Doações	8 294 109,43	7 860 703,66
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
	Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	Resultados transitados	35 499 825,52	31 297 510,95
88	Resultado Líquido em exercício	6 512 324,14	4 908 791,35
		540 865 664,79	533 575 228,56
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	11 398 617,02	7 454 256,16
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	35 255 334,43	40 423 765,83
2212+2214	Fornecedores c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	13 522,13	58 821,97
268	Outros Credores	0,00	134 949,50
		35 268 856,56	40 617 537,30
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	5 099 008,00	5 231 997,79
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	1 152 662,86	704 547,82
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	0,00	22 941,95
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	213 026,40	87 189,44
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	Fornecedores de imobilizado c/c	168 055,86	106 372,82
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	3 299 378,61	3 461 908,55
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	117 603,57	44 960,76
24	Estado e outros entes públicos	555 354,47	504 000,99
264	Administração autárquica	6 708,52	0,00
262+263+265+267+268	Outros credores	1 005 131,65	977 020,17
217	Clientes e Utentes com Cauções	200 496,73	141 137,52
		11 817 426,67	11 282 077,81
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	8 710 439,69	8 403 959,29
274	Proveitos diferidos	123 870 277,55	129 088 176,80
		132 580 717,24	137 492 136,09
	Total do passivo	191 065 617,49	196 846 007,36
	Total dos fundos próprios e do passivo	731 931 282,28	730 421 235,92

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ____

Consolidação de Contas

3. Demonstração de Resultados Consolidada



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2019

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2019	2018
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	26 862,40	24 306,23
	Matérias	917 713,29	806 718,97
62	Fornecimentos e serviços externos:	33 193 838,23	30 753 608,86
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	33 308 356,47	30 360 040,23
643a648	Encargos sociais	8 448 647,74	9 101 442,94
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	18 083 877,68	18 006 918,74
66	Amortizações do exercício	18 484 175,76	19 692 893,10
67	Provisões do exercício	396 580,79	211 281,84
65	Outros custos operacionais	1 945 079,48	2 159 440,67
		0,00	0,00
	(A)	114 805 131,84	111 116 651,58
68	Custos e perdas financeiros	742 712,50	798 309,61
		0,00	
	(C)	115 547 844,34	111 914 961,19
69	Custos e perdas extraordinários	7 639 394,68	8 923 017,24
	(E)	123 187 239,02	120 837 978,43
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	(G)	123 187 239,02	120 837 978,43
88	Resultado líquido do exercício	6 512 324,14	4 908 791,35
	(X)	129 699 563,16	125 746 769,78
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	0,00	5 726,48
7112+7113	Venda de produtos	0,00	23 802,00
712	Prestações de serviços	23 163 342,38	22 440 731,10
72	Impostos e taxas	62 097 638,31	60 684 708,81
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	1 748,92	6 172,97
74	Transferências e subsídios obtidos	33 894 885,94	32 075 608,85
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00
		0,00	0,00
	(B)	119 157 615,55	115 236 750,21
78	Proveitos e ganhos financeiros	144 775,11	267 226,77
	(D)	119 302 390,66	115 503 976,98
79	Proveitos e ganhos extraordinários	10 397 172,50	10 242 792,80
	(F)	129 699 563,16	125 746 769,78
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	4 352 483,71	4 120 098,63
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-597 937,39	-531 082,84
	Resultados Correntes: (D - C)	3 754 546,32	3 589 015,79
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	6 512 324,14	4 908 791,35

Consolidação de Contas

4. Fluxos de Caixa Consolidados



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2019

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		39 019 356,12	Despesas Orçamentais		122 467 354,52
Execução Orçamental	34 777 176,34		Correntes	97 124 394,95	
Operações de Tesouraria ..	4 242 179,78		Capital	25 342 959,57	
Receitas Orçamentais		126 834 341,98	Operações de Tesouraria		8 419 843,80
Correntes	123 271 295,73		Saldo para a Gerência Seguinte		43 319 208,66
Capital	3 455 683,05		Execução Orçamental	39 144 163,80	
Outras	107 363,20		Operações de Tesouraria	4 175 044,86	
Operações de Tesouraria		8 352 708,88			
Total		174 206 406,98	Total		174 206 406,98

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

Consolidação de Contas

5. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2019, reportado a 31 de dezembro.

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas. O n.º 1 do art.º 75º refere que *“Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam conta consolidadas com as entidades detidas ou participadas”*.

Os art.º 75º e 76º, deste normativo legal, definem as regras, procedimentos, métodos e documentos contabilísticos a apresentar na consolidação de contas. Uma vez que no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) não se encontram definidos procedimentos contabilísticos foram adotados as orientações na Portaria N.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 75 da Lei 73/2013 – Regime Financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM, S.A

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora

Atividade Principal - Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de atividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo. Detida a 100% pelo município.



Empresa Municipal - Matosinhos Habit MH, EEM.

Sede Social - Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Atividade Principal - Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade. Detida a 100% pelo município.

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2019:

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	2	1
Dirigente Superior	5	-	1
Dirigente Intermédio	44	5	6
Técnico Superior	413	29	32
Assistente Técnico	351	33	15
Assistente Operacional	1023	106	10
Informática	17	-	-
Polícia Municipal	70	-	-
Outros	22	-	-
TOTAL	1.945	175	65

3. Informações de procedimentos de consolidação:

Aplicar-se-á o método de consolidação integral, uma vez, que o grupo municipal consolidado é constituído por entidades detidas a 100% pela entidade mãe.

A entidade mãe (Município de Matosinhos) é a entidade responsável pela apresentação das demonstrações financeiras. Sendo ela que efetua as diversas conversões/ajustamentos da informação, dado que as outras entidades utilizam uma contabilidade diferente.

Extra contabilisticamente foram efetuados movimentos nas rubricas das demonstrações financeiras, tendo em vista a eliminação de transações recíprocas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação. Todas as operações recíprocas foram eliminadas.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	35.255.334,43€	€	€	35.255.334,43€
Fornecedores de imobilizado	€	€	13.522,13€	13.522,13€
TOTAL	35.255.334,43€	€	13.522,13€	35.268.856,56€

Daqui a quatro anos, o grupo municipal apresentará previsionalmente as seguintes dívidas a médio longo prazo:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
<i>Empréstimo de médio longo prazo</i>	27.760.579,15€	0,00€	,00€	27.760.579,15€

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam nos seguintes mapas, não se verificando operações entre a Matosinhos Sport e Matosinhos Habit.

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Subsídios (Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias)		291 889,39 €		291 889,39 €	- €					- €
Subsídios (Investimentos e Obras)		806 729,44 €		806 729,44 €	- €					- €
Outros (Abastecimento de Água diversos edifícios desportivos)					- €	69 761,66 €	46 916,18 €		116 587,61 €	90,23 €
Total	- €	1 098 618,83 €	- €	1 098 618,83 €	- €	69 761,66 €	46 916,18 €	- €	116 587,61 €	90,23 €

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências (REQUALIFICAÇÃO CH)		754 100,26 €		668 255,58 €	85 844,68 €					- €
Subsídios (CONTRATO PROGRAMA)		145 000,00 €		145 000,00 €	- €					- €
Outros					- €					- €
Total	- €	899 100,26 €	- €	813 255,58 €	85 844,68 €	- €	- €	- €	- €	- €

6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado figuram todos os compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo às entidades consolidantes.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2019 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Entidade – Grupo Consolidado	Beneficiário	Descrição	Valor
	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	Processo de execução fiscal n.º 1821201301141589	417.588,85€

Município de Matosinhos	Instituto Biblioteca Nacional Livro	Candidatura referente à Biblioteca	53.870,17€
Matosinhos Sport	Direção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1	Processo de execução fiscal n.º 18212010010802499	1.881.556,16€
Matosinhos Habit	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	IRC 2003	181.059,48 €
		IRC 2004	159.942,44 €
		IRC 2005	233.146,30 €
TOTAL			2.927.163,40 €

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos adotados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e definidos no ponto 4 do POCAL, são os seguintes:

7.1 Imobilizado

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

Nas amortizações foi aplicado o método das quotas constantes como definido no ponto 2.7.2. do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Exceto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objeto de redução, considerando o Método de Equivalência

Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.

Amortizações

Método das quotas constantes, tal como vem definido no ponto 2.7.2 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro), de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril e constantes do mapa de amortizações e provisões.

7.2 Locação Financeira

A classificação das locações financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação financeira em que as entidades agem como locatárias são classificadas como locações financeiras. De acordo com este método o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na conta dívidas a terceiros M/L Prazo, Fornecedores de Imobilizado. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado.

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência e reconhecidas quando exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, em que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Caracterizam-se como as principais situações as que se relacionam com cobranças duvidosas, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades, registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica "Acréscimos e Diferimentos".

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

No ano de 2019 registou-se na rubrica de despesas de investigação e de desenvolvimento a seguinte aquisição:

Ano 2019	Fornecedor	Descritivo	Valor
FAC CFA 2018/37	ATELIER DO BECO DA BELA VISTA - ARQUITECTURA PAI LDA	CONTRATAÇÃO DE ESTUDO E PROJETO DE ARQUITETURA PAISAGISTA - PLANO DE ARBORIZAÇÃO DOS ARRUAMENTOS DE MATOSINHOS SUL	7.306,20€
FAC 10119000260	INFOPORTUGAL - SISTEMAS DE INFORMACAO E CONTEUDO S.A.	AQUISIÇÃO DE ORTOFOTOMAPAS DO CONCELHO COM VOO DIGITAL DE 2019	3.382,50€
FAC 10119000252	INFOPORTUGAL - SISTEMAS DE INFORMACAO E CONTEUDO S.A.	. AQUISIÇÃO DE ORTOFOTOMAPAS DO CONCELHO COM VOO DIGITAL DE 2019	6.765,00€
FAC 10119000259	INFOPORTUGAL - SISTEMAS DE INFORMACAO E CONTEUDO S.A.	AQUISIÇÃO DE ORTOFOTOMAPAS DO CONCELHO COM VOO DIGITAL DE 2019	2.029,50€
FAC 10119000294	INFOPORTUGAL - SISTEMAS DE INFORMACAO E CONTEUDO S.A.	AQUISIÇÃO DE ORTOFOTOMAPAS DO CONCELHO COM VOO DIGITAL DE 2019	1.353,00€
FAC 1/1800431184	INFORMA D&B SERVIÇOS DE GESTÃO DE EMPRESAS SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA.	PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL E UM RELATÓRIO QUE FUNDAMENTE A CLASSIFICAÇÃO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL E AS REGRAS ASSOCIADAS A DIFERENTES NÍVEIS DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA MUNICIPAL A INTEGRAR NO PDM	3.843,75€
FAC 1/B01V19	UNIVERSIDADE DO PORTO	PROPOSTA DE REGULAMENTO MUNICIPAL E UM RELATÓRIO QUE FUNDAMENTE A CLASSIFICAÇÃO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL E AS REGRAS ASSOCIADAS A DIFERENTES NÍVEIS DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA MUNICIPAL A INTEGRAR NO PDM	12.300,00€
FAC CFA 2019/20	ATELIER DO BECO DA BELA VISTA - ARQUITECTURA PAI LDA	CONTRATAÇÃO DE ESTUDO E PROJETO DE ARQUITETURA PAISAGISTA - PLANO DE ARBORIZAÇÃO DOS ARRUAMENTOS DE MATOSINHOS SUL	9.741,60€
FAC FT 2019/1	PIXELDISTANCE UNIPESSOAL, LDA.	CONTRATAÇÃO DE ESTUDO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM PARA OS TRANSPORTES PÚBLICOS DE MATOSINHOS	8.320,95€
Total do ano de 2019			55.042,50€

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões.

As rubricas do ativo imobilizado do grupo municipal, em 31 de dezembro de 2019, refletem os seguintes valores:

ATIVO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS	ABATES	DOAÇÕES E TRANSFERENCIAS DE/PARA OUT ENTIDADES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	8.984.459,66		87.627,21		-8.965,32	3.845,57	52.405,77	9.111.681,75
EDIFÍCIOS	3.397.184,98							3.397.184,98
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	274.496.583,46		70.053,78		4.120.711,17	2.429,85		278.684.918,56
BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.837.159,61				55.808,90			2.892.968,51
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	3.138.257,02				72.181,55			3.210.438,57
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	6.139.782,02		3.909.835,20		-4.071.996,13	47.542,17		5.930.078,92
ADIAANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:								
DESPESAS DE INSTALAÇÃO								
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	2.146.752,85		60.454,50			5.412,00		2.201.795,35
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	502.250,25		149.486,37			48.268,75		603.467,87
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	32.668,10							32.668,10
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	151.228.851,20		6.071.167,64	183.000,00	51.884,74	121.158,60	427.986,00	157.475.730,98
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	506.207.147,37		1.178.931,99		3.537.996,99	183.822,75		510.740.253,60
EQUIPAMENTO BÁSICO	19.216.163,48		753.837,58			368.374,23		19.601.626,83
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	3.632.082,67		204,00			204,00		3.632.082,67
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.668.204,44		18.723,94			1.913,78		1.685.014,60
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	11.261.915,56		687.641,96			308.469,31		11.641.088,21
TARAS E VASILHAME	569,24							569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	9.618.905,68		507.168,86		-52.367,25	54.873,57		10.018.833,72
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	35.303.902,16		5.689.763,81		-3.705.254,65	245.679,56		37.042.731,76
ADIAANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	67.111,75							67.111,75
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:								
PARTES CAPITAL	1.360.690,00							1.360.690,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	2.429.091,00							2.429.091,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.264,08		6.198,26					14.462,34
Total	1.043.677.996,58		19.191.095,10	183.000,00	0,00	1.391.994,14	480.391,77	1.061.774.489,31

Os movimentos ocorridos no exercício, nas rubricas de amortizações, são os seguintes valores:

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	394.333,83	42.897,84	0,00	437.231,67
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	229.828.648,54	4.859.603,35	253.978,47	234.942.230,36
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	285.981,07	27.084,72	0,00	313.065,79
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	761.416,18	96.467,03	74361,76	932.244,97
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPEAS DE INSTALAÇÃO				
DESPEAS DE INVESTIGAÇÃO	2.089.956,42	27.456,86	0,00	2.117.413,28
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	307.095,34	67.059,58	3.484,72	377.639,64
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	137.594.611,14	11.501.464,64	189.702,01	149.285.777,79
EQUIPAMENTO BÁSICO	15.655.445,44	952.724,70	-312.068,95	16.296.101,19
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	3.044.287,69	121.636,90	0,00	3.165.924,59
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.616.172,54	18.830,91	-1.571,22	1.633.432,23
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	10.651.865,67	381.278,20	-246.018,49	10.787.125,38
TARAS E VASILHAME	569,24	0,00	0,00	569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7.214.023,66	262.227,17	-52.126,71	7.424.124,12
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				
Total	409.454.406,76	18.587.731,90	-90.258,41	427.722.880,25

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adotados, e os respetivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

2019

O grupo consolidado apresenta em 31/12/2019 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

<i>Entidade – Grupo Consolidado</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
Município de Matosinhos	Manuel Mota, Freitas & Teixeira	Aquisição de caloríferos catalíticos	60,00 €
	EDP Gás	Tanatório de Matosinhos	240,00 €
TOTAL			300,00 €

i) Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM	Correcções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€
Prestações de Serviços	14.161.354,38€	5.425.950,49€	4.303.151,83€	-727.114,32€	23.163.342,38€

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar

relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Remunerações	Entidade			Total
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM	
Órgão Executivo	192.578,42€	68.474,94€	48.749,61€	309.802,97€
Órgão Fiscalização	19.372,56€	6.000,00€	5.904,00€	31.276,56€
Total	211.950,98€	74.474,94€	54.653,61€	341.079,53€

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2019	2018	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2019	2018
681	Juros suportados	719.989,87€	776.573,73€	781	Juros obtidos	50.971,50€	29.199,45€
682	Perdas em entidades participadas	0,00€	0,00€	782	Ganhos em entidades participadas	0,00€	0,00€
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00€	0,00€	783	Rendimentos de imóveis	21.587,91€	21.506,19€
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00€	0,00€	784	Rendimentos de participação de capital	65.151,95€	207.284,87€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	65,57€	0,00€	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00€	9,99€
687	Perdas na alienação de aplicações tesouraria	0,00€	0,00€	786	Descontos pronto pagamento obtidos	345,00€	0,24€
688	Outros custos e perdas financeiros	22.657,06€	21.735,88€	787	Ganhos na alienação aplicações tesouraria	0,00€	0,00€
	<i>Resultados financeiros</i>	-597.937,39€	-531.082,84€	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	6.718,75€	9.226,03€
TOTAL		144.775,11€	267.226,77€	TOTAL		144.775,11	267.226,77€

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2019	2018	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2019	2018
691	Transf. Capital Concedidas	3.103.761,14€	3.817.996,24€	791	Restituição de impostos	331,50€	1.954,43€
692	Dívidas incobráveis	1.194,32€	0,00€	792	Recuperação de dívidas	0,00€	0,00€
693	Perdas em existências	332,40€	857,17€	793	Ganhos em existências	1.794,23€	4.763,23€
694	Perdas em imobilizações	266.315,80€	402.091,31€	794	Ganhos em imobilizações	276.683,15€	606.903,21€
695	Multas e penalidades	710,71€	296,85€	795	Benefícios de penalidades contratuais	905.147,42€	526.236,00€
696	Aumentos de Amortizações e provisões	3.588.039,85€	3.614.666,19€	796	Redução de Amortizações e provisões	4.011.499,81€	1.392.052,95€
697	Correcções relativas a ex. anteriores	584.588,70€	626.377,98€	797	Correcções relativas ex. anteriores	585.908,83€	849.491,88€
698	Outros custos/perdas extraordinários	94.451,76€	460.731,50€	798	Outros proveitos ganhos extraordinários	4.615.807,56€	6.861.391,10€
	<i>Resultados Extraordinários</i>	2.757.777,82€	1.319.775,56€				
TOTAL		10.397.172,50€	10.242.792,80€	TOTAL		10.397.172,50€	10.242.792,08€

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0€	0€	0€	0€
291	Provisões para cobranças duvidosas	8.533.536,30€	148,70€	4.009.567,62€	4.524.117,38€
292	Provisões para riscos e encargos	7.454.256,16€	3.584.360,86€	0€	11.398.617,02€
39	Provisões para depreciações de existências	0€	36.580,79€	0€	36.580,79€
49	Provisões para investimentos financeiros	10.000,00€ ⁽¹⁾	0€	0€	10.000,00€

(1) Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
MH-MATOSINHOS HABIT, EM	Automóvel	BPI Leasing	1561345400	14-07-2015	14.228,80€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	211850	15-05-2011	3.938,76€
	Equipamento	Santander Totta Leasing	215857	15-12-2016	20.007,39€
TOTAL					38.174,95€

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9) Outras informações

A execução orçamental de 2020 será seguramente afetada, a partir de meados de março, por estes efeitos que estão altamente dependentes do sucesso das medidas nacionais de política económica adotadas como resposta à crise e, sobretudo, da reposição da regularidade económica e social, prejudicada pela imprevisibilidade da duração da pandemia e consequente severidade da crise, sendo as decisões de levantamento da situação de confinamento económico e social precárias e modulares em função da evolução da situação epidemiológica.

A prioridade, numa fase inicial, concentrou-se na prevenção da doença e contenção da pandemia que afetou particularmente a região do Grande Porto em que Matosinhos se insere, encerrando serviços e outras atividades económicas. Ainda nesta fase, foi necessário encontrar um mecanismo de abastecimento de bens fundamentais através de uma Central de Logística Municipal e Linha de Apoio ao Isolamento, e garantir serviços essenciais que nunca deixaram de ser prestados até ao presente momento, como a recolha de resíduos, os piquetes de emergência e o transporte coletivo de passageiros. Sem comprometer as medidas de contenção da pandemia, emergiu a necessidade de aprofundamento das medidas excecionais de apoio às famílias, instituições e microempresas, assim como agentes culturais, medidas essas que irão ter reflexo direto nas rubricas das transferências correntes, de aquisição de bens e serviços e de perda de receitas municipais cujo impacto ainda não é possível prever com razoabilidade, pois depende da evolução da situação epidemiológica e dos indicadores de confiança que permitam a retoma económica.

Em 31/03/2020, a Câmara de Matosinhos aprovou a constituição de um Fundo de Emergência Municipal, no valor de 1 milhão de euros, tendo igualmente reforçado o orçamento da Proteção Civil em 850 mil euros. Mais tarde, em 05/05/2020, foi promovido o reforço deste fundo em 500 mil euros com vista ao apoio às micro e pequenas empresas de forma a minimizar o impacto do abrandamento da atividade económica, com o objetivo de prevenir o encerramento de estabelecimentos, proteger empregos e promover a recuperação económica. Paralelamente, foi igualmente reforçado o fundo em 50 mil euros com vista a proteger a atividade cultural e a minimizar os prejuízos sofridos pelo tecido associativo. Não se pretendendo substituir às medidas excecionais em vigor aprovadas pela Assembleia da República ou decretadas pelo Governo, sobretudo da competência da Segurança Social, esta é uma resposta de exceção num momento também ele excepcional para minimização de situações de precariedade económica provocadas

pela interrupção económica e prevenção do endividamento para cumprimento de responsabilidades elementares, contribuindo para o aumento dos indicadores de confiança dos consumidores e investidores para manter decisões dos agentes económicos assim que forem novamente flexibilizadas as restrições ao normal funcionamento do mercado. No final do mês de maio de 2020, cerca de metade do orçamento da Proteção Civil já se encontrava cabimentado, e relativamente ao Fundo de Emergência inicialmente constituído, a taxa de realização já se cifrava em cerca de 33%.

Uma última nota para destacar, entre as medidas excecionais em vigor, que o exercício das empresas locais relativo ao ano de 2020, que tenha sido comprovadamente afetado pela situação de emergência decorrente da pandemia de COVID -19, não releva para a verificação das situações que determinam a sua dissolução obrigatória, de acordo com a Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação. Será ainda de realçar que, nos termos deste mesmo normativo, no ano de 2020 é suspensa a aplicação da regra do equilíbrio orçamental.

Já no que se reporta aos prazos para aprovação e apreciação de contas consolidadas pelos órgãos colegiais, por força do artigo 7.º-C da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua atual redação, foi o mesmo prorrogado até final do mês de julho de 2020.

Genericamente, as medidas adotadas não geram quaisquer implicações no relato financeiro de 2019 das contas consolidadas do Município de Matosinhos.

Consolidação de Contas

6. Certificação Legal de Contas



Relatório
de Atividades
e de Gestão

2019

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Matosinhos e subsidiárias (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 731.931.282 euros e um total de fundos próprios de 540.865.665 euros, incluindo um resultado líquido de 6.512.324 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido na introdução do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) o Município de Matosinhos adotou o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”. Adicionalmente, foi acolhida a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados constante das instruções emanadas pelo grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL), emanadas em 28 de abril de 2010.

Chamamos a atenção para a informação divulgada na nota 9 do anexo, relativa aos possíveis impactos do vírus COVID-19 na economia e, conseqüentemente, na atividade futura da Entidade.

A nossa opinião não é modificada com respeito a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 19 de junho de 2020



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC 1127)

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Deputados da
Assembleia Municipal de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Matosinhos ("Município"), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019, a Demonstração consolidada de resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2019 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui duas ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Sessão da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 19 de junho de 2020



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Carla Manuela Serra Galdes (ROC n.º 1127)